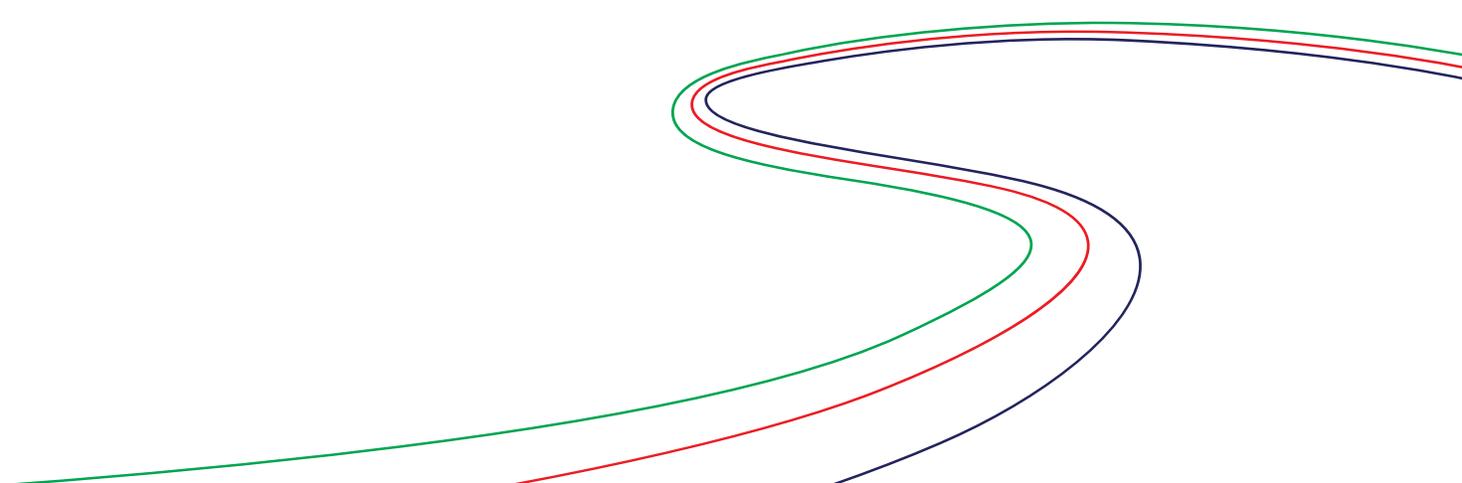
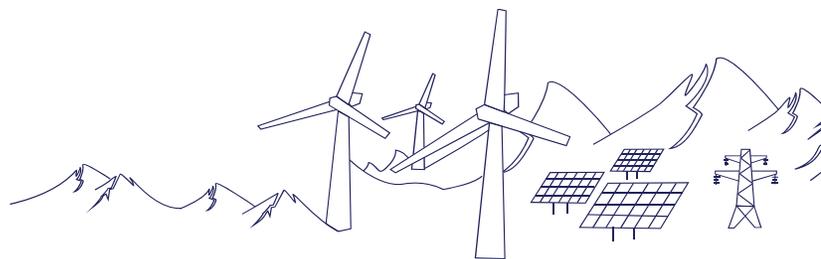


Demonstrações Contábeis Regulatórias

UHE São Simão Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente



UHE São Simão Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
UHE São Simão Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a UHE São Simão Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Outros assuntos

UHE São Simão Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 3 de março de 2021, sem ressalvas.



UHE São Simão Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



UHE São Simão Energia S.A.

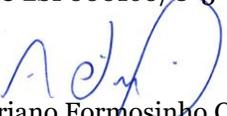
chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

UHE São Simão Energia S.A.

Balanço patrimonial regulatório
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	587.557	374.212
Concessionárias e Permissionárias	5	40.108	43.469
Serviços em Curso	6	4.943	1.800
Tributos Compensáveis	7	69.773	65.925
Almoxarifado Operacional	8	7.969	7.819
Despesas Pagas Antecipadamente	9	2.217	1.598
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	487.935	-
Outros Ativos Circulantes	10	459	1.009
		<u>1.200.961</u>	<u>495.832</u>
Ativo Não circulante			
Tributos Diferidos	19	188.280	143.156
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	781.385	374.812
Outros Ativos Não Circulantes	10	83	-
Imobilizado	11	96.492	29.101
Intangível	12	6.550.687	6.789.689
		<u>7.616.927</u>	<u>7.336.758</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>8.817.888</u>	<u>7.832.590</u>
PASSIVO		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	36.095	27.026
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	1.752.454	185.538
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	13.952	11.982
Impostos a Recolher	16	196.969	200.138
Dividendos a pagar	20	232.371	118.690
Encargos Setoriais	17	25.920	20.272
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	61.055	96.835
Outros Passivos Circulantes	10	124	126
		<u>2.318.940</u>	<u>660.607</u>
Não circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	3.662.594	4.273.767
Provisão para Litígios	18	47	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	-	63.537
Outros Passivos Não Circulantes		310	-
		<u>3.662.951</u>	<u>4.337.304</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.981.891</u>	<u>4.997.911</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	20	2.912.000	2.912.000
Outros Resultados Abrangentes		2.397	(44.689)
Reservas de Lucros		575.051	427.551
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		(653.451)	(460.183)
Total do Patrimônio Líquido		<u>2.835.997</u>	<u>2.834.679</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>8.817.888</u>	<u>7.832.590</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



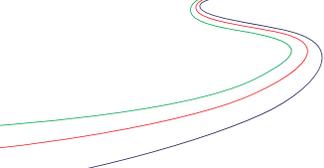
UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2020	2019
Operações em Continuidade			
Receita			
Suprimento de energia elétrica		1.514.712	1.487.493
Energia Elétrica de Curto Prazo		16.769	20.945
Tributos			
PIS		(25.269)	(24.890)
COFINS		(116.393)	(114.641)
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(13.154)	(13.025)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(57.465)	(49.298)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(3.811)	(3.965)
Receita líquida	22	1.315.389	1.302.619
Custos não gerenciáveis	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(15.447)	(27.439)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(185.360)	(161.881)
		(200.807)	(189.320)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.114.582	1.113.299
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	24	(57.489)	(53.293)
Material		(3.237)	(2.466)
Serviços de terceiros	25	(41.634)	(44.568)
Arrendamento e aluguéis		(4.722)	(3.834)
Seguros		(4.628)	(4.749)
Doações, contribuições e subvenções		(1.172)	-
Provisões para litígio		(30)	-
(-) Recuperação de despesas		726	108
Tributos		(760)	(981)
Depreciação e amortização		(241.282)	(240.551)
Gastos diversos		(5.961)	(9.851)
Outras Receitas Operacionais		228	2.771
Resultado da Atividade		754.621	755.885
Resultado Financeiro	26	(336.634)	(374.553)
Receitas financeiras		2.448.217	1.479.972
Despesas financeiras		(2.784.851)	(1.854.525)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		417.987	381.332
Despesa com Impostos sobre o Lucro	27	(116.514)	(121.970)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		301.473	259.362
Resultado Líquido do Exercício		301.473	259.362
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores		0,1035	0,0891
Detentores de Ações Ordinárias	21		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.





UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>301.473</u>	<u>259.362</u>
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa	(67.308)	16.131
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>22.885</u>	<u>(5.483)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>257.050</u>	<u>270.010</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

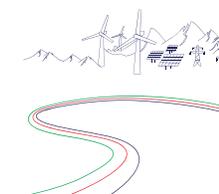


UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	Lucro (Prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.912.000	(266)	383.399	(235.882)	-	3.059.251
Lucro líquido do exercício					259.362	259.362
Outros resultados abrangentes						
Hedge de fluxo de caixa		(67.308)			-	(67.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22.885			-	22.885
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal			24.183		(24.183)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios					(114.870)	(114.870)
Destinação para reserva de lucros			344.610		(344.610)	-
Destinação de dividendos de 2017			(11.456)		-	(11.456)
Destinação de dividendos de 2018			(313.185)		-	(313.185)
Diferenças regulatórias no exercício				(224.301)	224.301	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.912.000	(44.689)	427.551	(460.183)	-	2.834.679
Lucro líquido do exercício					301.473	301.473
Outros resultados abrangentes						
Hedge de fluxo de caixa		71.343				71.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(24.257)				(24.257)
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal			24.737		(24.737)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios					(117.501)	(117.501)
Destinação para reserva de lucros			352.503		(352.503)	-
Destinação de dividendos de 2019			(229.740)		-	(229.740)
Diferenças regulatórias no exercício				(193.268)	193.268	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.912.000	2.397	575.051	(653.451)	-	2.835.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	417.987	381.332
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	241.282	240.551
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	351.801	392.858
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	47	-
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	5.482	5.210
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(424)	(1.763)
Outros	-	-
	<u>1.016.175</u>	<u>1.018.328</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	3.360	2.383
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.424)	153.090
Serviços em curso	(3.143)	(1.504)
Estoques	(150)	(7.819)
Cauções e depósitos vinculados	-	36
Despesas antecipadas	(619)	38
Outros ativos operacionais	467	833
	<u>(3.509)</u>	<u>147.057</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	9.069	11.594
Impostos a Recolher	(4.370)	(123.159)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	170
Obrigações estimadas com pessoal	1.970	3.419
Encargos regulamentares e setoriais	166	1.669
Outros passivos operacionais	307	69
	<u>7.142</u>	<u>(106.238)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.019.808	1.059.147
Imposto de renda e contribuição social pagos	(184.693)	(60.460)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(318.539)	(385.050)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	516.576	613.637
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(69.671)	(23.713)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(69.671)	(23.713)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(233.560)	(425.216)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.154.335
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-	(1.100.000)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(233.560)	(370.881)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	213.345	219.043
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	587.557	374.212
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	374.212	155.169
	<u>213.345</u>	<u>219.043</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



1. Contexto operacional

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões, onde a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina São Simão, e foi alocada no regime cotas de suas garantias físicas de energia e de potência. A Companhia assinou o Contrato de Concessão para prestação do serviço de geração de energia elétrica nº 001/2017 em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos.

A capacidade instalada da Usina é de 1710 MWm, sendo a energia assegurada de 1202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado 1202 MWm nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWn em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 306,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Em 24 de março de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.1 Declarações de conformidade

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 30 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias, para melhor



entendimento do leitor.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Moedas funcional

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis regulatórias, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.3 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo



operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 19); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28).

2.5 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.117.979 (R\$164.775 negativo em 2019), decorrente principalmente, pelo vencimento em outubro de 2021 de parte da dívida em moeda estrangeira com a mutuária que é parte relacionada Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, líquida dos derivativos contratados para proteção da exposição ao câmbio.

Referente a dívida mencionada acima no valor líquido de R\$1.109.230, sendo R\$1.597.165 deduzido dos derivativos com vencimento em 01/11/2021 nos valores de R\$ 325.485 (HSBC Brasil S.A.) e R\$162.450 (Banco JP Morgan S.A.) (Nota 14), a Companhia dispõe de algumas alternativas para refinanciamento através de dívida bancária e mercado de capitais local e internacional. Em função das baixas taxas de juros tanto no mercado local como no mercado internacional, a Companhia irá analisar qual será o melhor momento e a melhor alternativa de refinanciamento.

Dentre as opções citadas, a Companhia tem a possibilidade de um retap da dívida atual;



refinanciar através de dívida local via balanço de bancos tendo a disposição linhas de crédito pré-aprovadas com os cinco maiores bancos Brasileiros; dívida com bancos internacionais através de synthetic loans; ou mesmo via debênture de infraestrutura.

No quarto trimestre de 2020, a Companhia reafirmou sua nota máxima de rating (BrAAA) pela S&P, confirmando a saúde financeira para com o mercado de capitais.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.6 Efeitos do GSF – Generation Scaling Factor

A Lei nº 14.052, publicada em 09/09/2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08/12/2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (Generation Scaling Factor ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados “estruturantes” (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020.

Determinados fatores considerados para o cálculo inicial da CCEE foram, em alguma medida, alterados pela ANEEL na homologação da versão final da regulação, hoje vigente e que subsidia os cálculos que, nesta data, estão em elaboração pela Câmara. Adicionalmente, alguns fatores para o correto cálculo da extensão da outorga não são conhecidos pela Companhia, principalmente quanto aos efeitos causados pelas UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio (as chamadas “usinas estruturantes”), restrições originadas pela não conclusão, por empresas de transmissão, de obras de linhas e instalações para escoamento da UHE Belo Monte. A esse respeito, vale dizer que em função do período de concessão da Companhia, esses dados de entrada, apurados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Empresa de Pesquisa Energética - EPE,



e enviados diretamente à Câmara para serem considerados no cálculo e no processamento dos valores finais de compensação, sem divulgação pública ou aos agentes são relevantes na determinação do tempo total estimado de extensão de outorga e na apuração de recuperação de custos.

Portanto, é impraticável uma estimativa com segurança por parte da administração, restando aguardar a CCEE disponibilizar e efetuar os cálculos finais, considerando todos os parâmetros dados pela Resolução, de compensação aplicável aos agentes titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei.

Até a data de divulgação desta Demonstração Contábil Regulatória, não havia confirmação de que os cálculos já haviam sido concluídos pela CCEE e enviados para a ANEEL. Essa etapa está prevista para ocorrer, até 03/03/2020, e a ANEEL divulgará até 02/04/2020, com o início da adesão pelos agentes. Em posse dos números divulgados, as informações serão submetidas à aprovação da Administração para adesão e registro do ativo regulatório. Vale ressaltar que a usina São Simão não possui ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, tão pouco qualquer obrigação em relação ao tema.

Desse modo, concluímos que o cálculo prévio publicado pela CCEE em outubro/2020 não considera todos os parâmetros dados pela Resolução, e assim, o registro será efetuado a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, previsto para 02/04/2021.

2.7 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da controladora está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações contábeis:

a) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Companhia avaliou a posição do contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeiras dos credores.



b) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

c) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

d) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – covenants

A Companhia avaliou os covenants contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2020 atendeu adequadamente as obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento. Ainda, a Companhia avaliou os seus índices de liquidez.

Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19.

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



3.2 Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

3.3 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, registrado em 31 de dezembro de 2020. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.4 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3.5 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de



venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio são definidos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social e é reconhecido como um passivo em suas demonstrações contábeis ao final do exercício. Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.9 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.



Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as



mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A nota explicativa nº 14 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item



objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.11 Arrendamentos

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A ANEEL não emitiu orientação definitiva sobre o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil", sendo assim a companhia incluiu este assunto como uma diferença de prática contábil. Para mais informações vide nota explicativa nº 30.1.4

3.12 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia e suas controladas concluíram que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia e suas controladas entendem que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.



4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixas e Bancos	83	11
Aplicações financeiras de curto prazo	587.474	374.201
	<u>587.557</u>	<u>374.212</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de aproximadamente 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.

5. Concessionárias

	<u>Corrente a Vencer</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2020</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2019</u>
	<u>Até 60 dias</u>		
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	37.626	37.626	41.127
Energia de curto prazo - CCEE	2.482	2.482	2.342
Total Circulante	<u>40.108</u>	<u>40.108</u>	<u>43.469</u>

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL).

6. Serviços em curso

O montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 4.943 (R\$ 1.800 em 2019), refere-se aos valores aplicados nos projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D de acordo com a legislação vigente, atualmente regulamentada pela Resolução Normativa nº 504, de 14 de agosto de 2012.

7. Tributos compensáveis

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	-	2.169
Impostos recolhidos por estimativa (IRPJ e CSLL)	45.794	45.076
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	7.404	1.994
Impostos e tributos a Recuperar (outros) (i)	16.575	16.686
	<u>69.773</u>	<u>65.925</u>
Ativo circulante	69.773	65.925
Ativo não circulante	-	-
	<u>69.773</u>	<u>65.925</u>



8. Almoxarifado operacional

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Almoxarifado de Manutenção e Operação	7.750	7.168
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	99	531
Outros	120	120
	<u>7.969</u>	<u>7.819</u>

9. Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prêmios de seguros	1.631	1.558
Outros	586	40
	<u>2.217</u>	<u>1.598</u>

10. Outros Ativos e Passivos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outros Ativos		
Adiantamentos a fornecedores	363	1.009
Adiantamentos a funcionários	96	-
Partes relacionadas	83	-
	<u>542</u>	<u>1.009</u>
Outros Passivos		
Adiantamentos a clientes	124	126
Partes relacionadas	310	-
	<u>434</u>	<u>126</u>

11. Ativo imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.



A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 A composição do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias %	31/12/2020			Taxas anuais médias %	31/12/2019		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado								
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Terrenos		-	-	-		-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	5,84%	433.811	(433.811)	-	5,80%	433.811	(433.811)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,19%	33.344	(31.691)	1.653	7,22%	32.032	(31.668)	364
Máquinas e equipamentos	9,42%	563.432	(553.315)	10.117	8,06%	563.653	(557.492)	6.161
Veículos	14,29%	771	(84)	687	14,29%	4	(4)	-
Móveis e utensílios	6,69%	598	(50)	548	6,38%	329	(20)	309
		<u>1.031.956</u>	<u>(1.018.951)</u>	<u>13.005</u>		<u>1.029.829</u>	<u>(1.022.995)</u>	<u>6.834</u>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,67%	3.292	(278)	3.014	3,67%	3.292	(165)	3.127
Máquinas e equipamentos	9,13%	2.967	(889)	2.078	13,00%	2.699	(489)	2.210
Veículos		-	-	-		-	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	273	(22)	251	6,25%	241	(6)	235
		<u>6.532</u>	<u>(1.189)</u>	<u>5.343</u>		<u>6.232</u>	<u>(660)</u>	<u>5.572</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.038.488</u>	<u>(1.020.140)</u>	<u>18.348</u>		<u>1.036.061</u>	<u>(1.023.655)</u>	<u>12.406</u>
Imobilizado em curso								
Geração		77.358	-	77.358		16.512	-	16.512
Administração		786	-	786		183	-	183
Total do imobilizado em curso		<u>78.144</u>	<u>-</u>	<u>78.144</u>		<u>16.695</u>	<u>-</u>	<u>16.695</u>
Total do ativo imobilizado		<u>1.116.632</u>	<u>(1.020.140)</u>	<u>96.492</u>		<u>1.052.756</u>	<u>(1.023.655)</u>	<u>29.101</u>



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Geração									
Reservatórios, barragens e adutoras	433.811	-	-	-	433.811	-	(433.811)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.032	-	-	1.312	33.344	1.312	(31.691)	1.653	364
Máquinas e equipamentos	563.653	954	(4.511)	3.336	563.432	(221)	(553.315)	10.117	6.161
Veículos	4	767	-	-	771	767	(84)	687	-
Móveis e utensílios	329	158	-	111	598	269	(50)	548	309
	<u>1.029.829</u>	<u>1.879</u>	<u>(4.511)</u>	<u>4.759</u>	<u>1.031.956</u>	<u>2.127</u>	<u>(1.018.951)</u>	<u>13.005</u>	<u>6.834</u>
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.292	-	-	-	3.292	-	(278)	3.014	3.127
Máquinas e equipamentos	2.699	268	-	-	2.967	268	(889)	2.078	2.210
Móveis e utensílios	241	32	-	-	273	32	(22)	251	235
	<u>6.232</u>	<u>300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.532</u>	<u>300</u>	<u>(1.189)</u>	<u>5.343</u>	<u>5.572</u>
Subtotal	<u>1.036.061</u>	<u>2.179</u>	<u>(4.511)</u>	<u>4.759</u>	<u>1.038.488</u>	<u>2.427</u>	<u>(1.020.140)</u>	<u>18.348</u>	<u>12.406</u>
Ativo Imobilizado em Curso									
Geração									
Máquinas e equipamentos	4.975	58.674	-	(2.673)	60.976	56.001	-	60.976	4.975
Outros	11.537	6.669	-	(1.824)	16.382	4.845	-	16.382	11.537
	<u>16.512</u>	<u>65.343</u>	<u>-</u>	<u>(4.497)</u>	<u>77.358</u>	<u>60.846</u>	<u>-</u>	<u>77.358</u>	<u>16.512</u>
Administração									
Máquinas e equipamentos	183	584	-	(262)	505	322	-	505	183
Outros	-	281	-	-	281	281	-	281	-
	<u>183</u>	<u>865</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>	<u>786</u>	<u>603</u>	<u>-</u>	<u>786</u>	<u>183</u>
Subtotal	<u>16.695</u>	<u>66.208</u>	<u>-</u>	<u>(4.759)</u>	<u>78.144</u>	<u>61.449</u>	<u>-</u>	<u>78.144</u>	<u>16.695</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>1.052.756</u>	<u>68.387</u>	<u>(4.511)</u>	<u>-</u>	<u>1.116.632</u>	<u>63.876</u>	<u>(1.020.140)</u>	<u>96.492</u>	<u>29.101</u>



11.3 Adições - Ativo Imobilizado em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Reservatórios, barragens e adutoras	2.662	1.722			4.384
Edificações, obras civis e benfeitorias	227	1.221	153	26	1.627
Máquinas e equipamentos	31.594	6.743	7.448	340	46.125
Móveis e utensílios	312	29			341
A Ratear	(12)	(27)	(214)		(253)
Material de Depósito	1.606	-			1.606
Adiantamentos a fornecedores		11.780			11.780
Outros	598				598
Total das Adições	36.987	21.468	7.387	366	66.208

12. Intangível

Os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o intangível no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do intangível os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no intangível. As taxas de amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, com exceção do intangível referente a Bonificação de outorga que é amortizado pelo prazo da concessão.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1 A composição do ativo intangível é como segue:

Intangível	Taxas anuais médias %	31/12/2020			Taxas anuais médias %	31/12/2019		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00%	1.521	(1.053)	468	20,00%	1.521	(882)	639
Direito de concessão - Outros	3,45%	7.180.000	(633.741)	6.546.259	3,45%	7.180.000	(394.244)	6.785.756
		<u>7.181.521</u>	<u>(634.794)</u>	<u>6.546.727</u>		<u>7.181.521</u>	<u>(395.126)</u>	<u>6.786.395</u>
Administração								
Software	20,00%	3.088	(941)	2.147	20,00%	3.088	(323)	2.765
		<u>3.088</u>	<u>(941)</u>	<u>2.147</u>		<u>3.088</u>	<u>(323)</u>	<u>2.765</u>
Total do intangível em serviço		<u>7.184.609</u>	<u>(635.735)</u>	<u>6.548.874</u>		<u>7.184.609</u>	<u>(395.449)</u>	<u>6.789.160</u>
Intangível em curso								
Geração		561	-	561		88	-	88
Administração		1.252	-	1.252		441	-	441
Total do intangível em curso		<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>		<u>529</u>	<u>-</u>	<u>529</u>
Total do imobilizado intangível		<u>7.186.422</u>	<u>(635.735)</u>	<u>6.550.687</u>		<u>7.185.138</u>	<u>(395.449)</u>	<u>6.789.689</u>



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Intangível							
Ativo Intangível em Serviço							
Geração							
Softwares	1.521	-	1.521	-	(1.053)	468	639
Outros	7.180.000	-	7.180.000	-	(633.741)	6.546.259	6.785.756
	<u>7.181.521</u>	<u>-</u>	<u>7.181.521</u>	<u>-</u>	<u>(634.794)</u>	<u>6.546.727</u>	<u>6.786.395</u>
Administração							
Softwares	3.088	-	3.088	-	(941)	2.147	2.765
	<u>3.088</u>	<u>-</u>	<u>3.088</u>	<u>-</u>	<u>(941)</u>	<u>2.147</u>	<u>2.765</u>
Subtotal	<u>7.184.609</u>	<u>-</u>	<u>7.184.609</u>	<u>-</u>	<u>(635.735)</u>	<u>6.548.874</u>	<u>6.789.160</u>
Ativo Intangível em Curso							
Geração							
Softwares	88	473	561	473	-	561	88
	<u>88</u>	<u>473</u>	<u>561</u>	<u>473</u>	<u>-</u>	<u>561</u>	<u>88</u>
Administração							
Softwares	441	811	1.252	811	-	1.252	441
	<u>441</u>	<u>811</u>	<u>1.252</u>	<u>811</u>	<u>-</u>	<u>1.252</u>	<u>441</u>
Subtotal	<u>529</u>	<u>1.284</u>	<u>1.813</u>	<u>1.284</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>	<u>529</u>
Total	<u>7.185.138</u>	<u>1.284</u>	<u>7.186.422</u>	<u>1.284</u>	<u>(635.735)</u>	<u>6.550.687</u>	<u>6.789.689</u>



12.3 Adições - Ativo Intangível em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

	Serviços de Terceiros	Total
Softwares	1.284	1.284
Total das Adições	1.284	1.284

13. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso do sistema de transmissão	18.659	16.978
Materiais e Serviços	17.436	10.048
	36.095	27.026

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

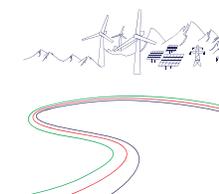
14. Empréstimos, financiamentos e derivativos

14.1 Composição da dívida

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Próximo pgto Juros	Frequência pgto Juros	Vencimento Final
Financ. / Empréstimo Moeda Estrangeira										
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	15.310	1.581.855	-	1.597.165	01/11/2018	US\$	5,47%	30/04/2021	Semestral	25/10/2021
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	146.454	-	2.463.857	2.610.311	01/11/2018	US\$	5,86%	30/04/2021	Semestral	25/10/2023
	<u>161.764</u>	<u>1.581.855</u>	<u>2.463.857</u>	<u>4.207.476</u>						
Financ. / Emprést. Moeda Nacional										
BNP Paribas	4.448	-	199.838	204.286	22/11/2019	Pré	5,93%	18/02/2021	Semestral	18/02/2022
	<u>4.448</u>	<u>-</u>	<u>199.838</u>	<u>204.286</u>						
Debêntures										
Pentagono Trustee - Tranche 1	3.614	-	800.121	-	13/11/2019	Pré	IPCA + 3,54% a.a.	15/05/2021	Semestral	15/11/2029
Pentagono Trustee - Tranche 2	773	-	198.778	-	13/11/2019	Pré	CDI + 0,58% a.a.	15/05/2021	Semestral	15/11/2024
	<u>4.387</u>	<u>-</u>	<u>998.899</u>	<u>-</u>						
Total	<u>170.599</u>	<u>1.581.855</u>	<u>3.662.594</u>	<u>4.411.762</u>						

14.2 Cronograma de vencimentos de principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	2022	2023	2024	2025 até 2029	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira					
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	-	2.463.857	-	-	2.463.857
	<u>-</u>	<u>2.463.857</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.463.857</u>
Financ. / Emprést. Moeda Nacional					
BNP Paribas	199.838	-	-	-	199.838
	<u>199.838</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>199.838</u>
Debêntures					
Pentagono Trustee - Tranche 1	-	-	-	800.121	800.121
Pentagono Trustee - Tranche 2	-	-	198.778	-	198.778
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>198.778</u>	<u>800.121</u>	<u>998.899</u>
Total	<u>199.838</u>	<u>2.463.857</u>	<u>198.778</u>	<u>800.121</u>	<u>3.662.594</u>



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Derivativos

Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R\$'000	Ingresso US\$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
HSBC Brasil S.A.	29/10/2018	01/11/2021	730.733	198.407	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	325.485	-	325.485
Banco JP Morgan S.A.	29/10/2018	01/11/2021	371.000	100.000	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	162.450	-	162.450
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.	158.353	(12.101)	146.252
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.	466.202	(36.713)	429.489
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	78.415	(6.120)	72.295
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	78.415	(6.121)	72.294
							<u>1.269.320</u>	<u>(61.055)</u>	<u>1.208.265</u>

14.4 Dívida líquida

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2020	31/12/2019
Dívida bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	161.764	1.581.855	2.463.857	4.207.476	3.291.879
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	4.448	-	199.838	204.286	201.158
Debêntures	4.387	-	998.899	1.003.286	966.268
Derivativos a Pagar	61.055	-	-	61.055	160.372
	<u>231.654</u>	<u>1.581.855</u>	<u>3.662.594</u>	<u>5.476.103</u>	<u>4.619.677</u>
(-) Ativos financeiros					
Alta Liquidez	-	(587.557)	-	(587.557)	(374.212)
Derivativos a receber	(487.935)	-	(781.385)	(1.269.320)	(374.812)
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
	<u>(487.935)</u>	<u>(587.557)</u>	<u>(781.385)</u>	<u>(1.856.877)</u>	<u>(749.024)</u>
Dívida líquida	<u>(256.281)</u>	<u>994.298</u>	<u>2.881.209</u>	<u>3.619.226</u>	<u>3.870.653</u>



14.5 Condições restritivas (covenants)

Apenas as debentures e o empréstimo com o Banco BNP Paribas estão sujeitos à covenants financeiros, conforme quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2019 a 2021	4,50
2022	4,00
2023	3,75
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,50

Considera-se:

(a)“Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b)“EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Os covenants financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima.

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão férias	4.905	3.785
Provisão PLR	6.817	6.242
Tributos sobre folha de pagamento	2.230	1.955
	<u>13.952</u>	<u>11.982</u>

16. Impostos a recolher

A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se encontra disposta abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS a recolher	1.914	2.200
COFINS a recolher	8.756	10.074
IRPJ corrente a recolher	135.596	136.743
CSLL corrente a recolher	49.947	50.656
Outros tributos	756	465
	<u>196.969</u>	<u>200.138</u>



17. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	14.968	10.023
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	888	928
MME - Ministério de Minas e Energia	222	464
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	259	258
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	9.583	8.599
	<u>25.920</u>	<u>20.272</u>

17.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O montante aplicado nos projetos em andamento está registrado na rubrica de Serviços em curso (Nota 6).



18. Provisões para contingências**18.1 Risco provável**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ambientais	47	-
	<u>47</u>	<u>-</u>

Ação Civil Pública (ACP) - 9519-51.2012.4.01.3803

Trata-se de Ação Civil Pública proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. A CEMIG foi incluída no polo passivo, vez que era a responsável pela fiscalização da área. O MPF requereu o pagamento de R\$ 30, a título de danos morais coletivos, e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R\$ 30. A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão.

18.2 Risco possível

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fiscais	8.473	5.775
	<u>8.473</u>	<u>5.775</u>

Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173

Em junho de 2018 a Companhia recebeu um lançamento de IPTU referente ao ano de 2018 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$7.942. Ao final do procedimento administrativo, a Companhia recebeu em 6 de setembro de 2019 uma notificação do Município de São Simão, referente à cobrança do IPTU para os exercícios de 2018 e 2019 conjuntamente, no valor total de R\$ 5.775. Em 27 de setembro de 2019, o Município emitiu nova notificação, informando à empresa sobre o registro do referido débito de IPTU em dívida ativa municipal, sem que fosse observado o prazo legal de defesa da empresa. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019. O Município apresentou sua defesa e atualmente os autos encontram-se em fase de instrução. Em 30/07/2020, a autoridade fiscal municipal de São Simão/GO realizou novo lançamento de IPTU, referente ao ano de 2020, no valor de R\$ 2.698. Considerando que a decisão liminar para suspensão da execução da dívida tributária abarcava débitos pretéritos e futuros, a UHE São Simão Energia S.A. apresentou carta fiança complementar, com conseqüente suspensão também dessa parcela. Enquanto a liminar permanecer em vigor, a Companhia não será compelida ao pagamento do IPTU.

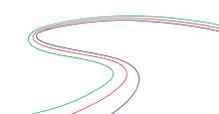


Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos diferidos

A composição dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	(36.752)	(36.918)	-	-	166	(47.446)	-	-
Amortização do intangível	157.588	97.987	-	-	59.601	60.474	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	54.609	56.949	-	-	(2.340)	50.106	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	23.021	1.236	-	-	-	24.257	(22.885)
Debêntures	14.071	2.117	-	-	11.954	2.117	-	-
Total Diferenças Temporárias	189.516	143.156	1.236	-	69.381	65.251	24.257	(22.885)
Total bruto	189.516	143.156	1.236	-	69.381	65.251	24.257	(22.885)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.236)	-	(1.236)	-	-	-	-	-
Total	188.280	143.156	-	-	-	-	-	-



20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

a. Destinação dos lucros:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	301.473	259.362
Constituição da reserva legal - 5%	(24.737)	(24.183)
	<u>276.736</u>	<u>235.179</u>
Destinação do lucro:		
Dividendos	117.501	114.870
Reserva de lucros	352.503	344.610
Lucro excedente da contabilidade societária	(193.268)	(224.301)
	<u>276.736</u>	<u>235.179</u>

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício, conforme demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as regras societárias (CPC/IFRS), será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O saldo de dividendos aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	31/12/2020	31/12/2019
SPIC Brasil Participações S.A.	51%	118.509	58.584
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	81.330	40.204
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	16.266	9.951
CPD Energy investment Co. limited	7%	16.266	9.951
		<u>232.371</u>	<u>118.690</u>

b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica “*Hedge* de fluxo de caixa”, serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.



c. Lucro excedente da contabilidade societária

O lucro excedente da contabilidade societária refere-se as variações entre a contabilidade societária e regulatória. É composto por dois fatores relevantes:

- Receita decorrente a atualização do ativo financeiro na contabilidade societária
- Amortização da Bonificação de Outorga considerada na contabilidade regulatória.

Os detalhes sobre a composição destes valores estão descritos na nota explicativa 30.1.6.

21. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

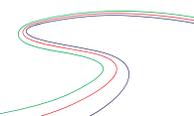
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	301.473	259.362
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	2.912.000	2.912.000
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,1035	0,0891

22. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

- a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de



UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. No Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Suprimento de energia	1.514.712	1.487.493
Energia de curto prazo - CCEE	16.769	20.945
Receita operacional bruta	1.531.481	1.508.438
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(141.662)	(139.531)
	<u>(141.662)</u>	<u>(139.531)</u>
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(13.154)	(13.025)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(57.465)	(49.298)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(3.811)	(3.965)
	<u>(74.430)</u>	<u>(66.288)</u>
Total deduções da receita operacional	(216.092)	(205.819)
Receita operacional líquida	1.315.389	1.302.619

23. Custos não gerenciáveis

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Energia elétrica comprada para revenda - Bilateral	-	(9.581)
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(15.447)	(17.858)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(185.360)	(161.881)
	<u>(200.807)</u>	<u>(189.320)</u>

24. Pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal		
Remuneração	25.774	28.349
Encargos	13.798	11.705
Previdência privada - Corrente	894	781
Participação no Lucros e Resultados - PLR	8.004	6.151
Outros benefícios - Corrente	5.434	4.384
	<u>53.904</u>	<u>51.371</u>
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	3.585	1.922
	<u>3.585</u>	<u>1.922</u>
	57.489	53.293

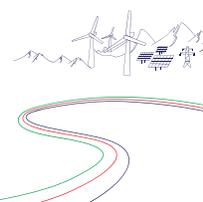


25. Serviços de terceiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Manutenção e Conservação	11.244	16.623
Auditoria e Consultoria	11.762	12.236
Serviços Jurídicos	2.648	2.180
Serviços de Informática	5.562	2.987
Propaganda e Publicidade	1.639	1.403
Serviço de Engenharia e Supervisão de Obras	1.799	4.632
Outros Serviços Terceirizados	6.982	4.507
	<u>41.634</u>	<u>44.568</u>

26. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	14.558	17.354
Energia vendida	1.704	828
Outros juros e variações monetárias	9	3
Operações de swap e hedge	1.869.453	870.261
Variações em moeda estrangeira	563.128	592.447
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(783)	(921)
Outras receitas financeiras	148	-
Receitas financeiras total	<u>2.448.217</u>	<u>1.479.972</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(269.739)	(267.009)
Debêntures	(72.230)	(11.661)
Variações em moeda estrangeira	(1.469.303)	(726.347)
Operações de swap e hedge	(972.735)	(848.808)
Juros e multa sobre tributos	(170)	(90)
Atualização P&D	(221)	(325)
Outras despesas financeiras	(453)	(285)
Despesas financeiras total	<u>(2.784.851)</u>	<u>(1.854.525)</u>
Total	<u>(336.634)</u>	<u>(374.553)</u>



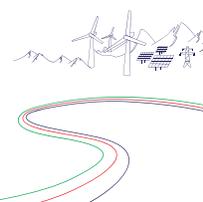
27. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	116.514	121.970
IRPJ - Corrente	136.080	136.565
CSLL - Corrente	49.815	50.656
IRPJ - Diferido	(51.016)	(47.979)
CSLL - Diferido	(18.365)	(17.272)
	<u>116.514</u>	<u>121.970</u>

Composição da alíquota efetiva:

	<u>IRPJ / CSLL</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	748.707	726.391
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(254.560)</u>	<u>(246.973)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(1.351)	(1.020)
Adições temporárias	66.990	56.650
Adições Permanentes	(430)	-
Outros		
Incentivos fiscais		
Lei Rouanet	2.800	3.000
Inovação Tecnológica - P&D	686	860
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	322	262
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	(352)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(185.895)</u>	<u>(187.221)</u>
Alíquota efetiva	<u>-24,83%</u>	<u>-25,77%</u>



28. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a)Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b)Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

c)Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

d)Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:



	31/12/2020				31/12/2019	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	36.095	-	-	-	36.095	27.026
Empréstimos e financiamentos	4.448	1.748.006	2.862.473	800.121	5.415.048	4.459.305
Partes relacionadas	-	-	310	-	310	-
Derivativos	-	61.055	-	-	61.055	160.372
Total	40.543	1.809.061	2.862.783	800.121	5.512.508	4.646.703

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	587.557	587.557	374.212	374.212	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	40.108	40.108	43.469	43.469	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	7.619	7.619	4.407	4.407	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	487.935	487.935	141.391	141.391	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	781.385	781.385	233.421	233.421	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	1.801.451	1.801.451	1.454.668	1.454.668	Valor justo por meio do resultado
Financiamentos e empréstimos	2.610.311	2.610.311	2.038.369	2.038.369	Custo amortizado
Debêntures	1.003.286	1.003.286	966.268	966.268	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.811	2.811	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	61.055	61.055	157.561	157.561	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	310	310	-	-	Custo amortizado
Fornecedores	36.095	36.095	27.026	27.026	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).



Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020 montam em R\$ 4.207.476 (R\$ 3.291.879 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com os contratos de swap de moeda e taxa de juros, A Companhia concorda em trocar a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do “valor notional acordado”.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda e nas taxas de juros sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos swaps de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de swap de moeda e taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R\$	Valor justo R\$
Vencimento em cinco anos – Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47%a.a. e 11,49%a.a.	1.854.575	720.330
Vencimento em três anos – Valor justo	USD + 5,4706% a.a.	CDI + 1,85%a.a.	1.101.733	487.935

Análise de sensibilidade

Conforme CPC 40, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota nº 14 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.



Derivativo Fair Value Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa					
Financiamento	1.128.523	CDI + 1,85%	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
			57.711	60.029	62.344	64.656	66.965

Derivativo Cash Flow Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa					
Financiamento	1.866.825	11,48%	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
			589.313	602.450	615.586	628.723	641.859

Debenture Infra

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa					
Tranche 1	820.001	IPCA + 3,54%	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
			419.646	436.458	453.249	470.019	486.769

Debenture

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa					
Tranche 2	200.773	CDI + 0,58%	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
			37.204	39.206	41.204	43.201	45.195

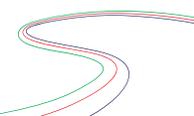
Syntetic Loan

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa					
Financiamento	204.448	5,04%	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
			22.547	23.381	24.214	25.047	25.881

29. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém seguros para D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, com vigência de 08/11/2020 a 08/11/2021, com cobertura total de R\$ 60.000 e responsabilidade civil, com vigência de 09/05/2020 a 09/05/2021, com cobertura total de R\$ 50.000 e Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 09/05/2020 a 09/05/2021, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 4.158.331 com limite máximo de indenização de R\$ 1.348.165, limitado a R\$ 348.165 para a apólice de Lucros Cessantes.



30. Conciliação entre as Demonstrações Financeiras Regulatórias e Societárias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

30.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e societário

ATIVO	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		587.557	-	587.557	374.212	-	374.212
Concessionárias e Permissonárias		40.108	-	40.108	43.469	-	43.469
Serviços em Curso	30.1.1	4.943	4.943	-	1.800	1.800	-
Tributos Compensáveis		69.773	-	69.773	65.925	-	65.925
Almoxarifado Operacional		7.969	-	7.969	7.819	-	7.819
Ativo financeiro	30.1.2	-	(672.811)	672.811	-	(657.649)	657.649
Despesas Pagas Antecipadamente	30.1.1	2.217	2.217	-	1.598	1.598	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		487.935	-	487.935	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	30.1.1	459	(7.160)	7.619	1.009	(3.398)	4.407
		<u>1.200.961</u>	<u>(672.811)</u>	<u>1.873.772</u>	<u>495.832</u>	<u>(657.649)</u>	<u>1.153.481</u>
Ativo Não circulante							
Ativo financeiro	30.1.2	-	(5.263.517)	5.263.517	-	(5.023.691)	5.023.691
Tributos Diferidos	30.1.3	188.280	188.280	-	143.156	143.156	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		781.385	-	781.385	374.812	-	374.812
Outros Ativos Não Circulantes		83	-	83	-	-	-
Direito de uso	30.1.4	-	(20.767)	20.767	-	(18.772)	18.772
Imobilizado	30.1.2	96.492	83.377	13.115	29.101	13.361	15.740
	30.1.2 e 30.1.5	6.550.687	3.997.549	2.553.138	6.789.689	4.143.746	2.645.943
Intangível	30.1.5	-	-	-	-	-	-
		<u>7.616.927</u>	<u>(1.015.078)</u>	<u>8.632.005</u>	<u>7.336.758</u>	<u>(742.200)</u>	<u>8.078.958</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>8.817.888</u>	<u>(1.687.889)</u>	<u>10.505.777</u>	<u>7.832.590</u>	<u>(1.399.849)</u>	<u>9.232.439</u>
PASSIVO							
Passivo Circulante							
Fornecedores		36.095	-	36.095	27.026	-	27.026
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		1.752.454	-	1.752.454	185.538	-	185.538
Obrigações Sociais e Trabalhistas		13.952	-	13.952	11.982	-	11.982
Arrendamentos	30.1.4	-	(2.402)	2.402	-	(1.764)	1.764
Tributos a Recolher		196.969	-	196.969	200.138	-	200.138
Dividendos Declarados		232.371	-	232.371	118.690	-	118.690
Encargos Setoriais		25.920	-	25.920	20.272	-	20.272
Instrumentos Financeiros Derivativos		61.055	-	61.055	96.835	-	96.835
Outros Passivos Circulantes		124	-	124	126	-	126
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	-	(99.336)	99.336	-	(35.178)	35.178
		<u>2.318.940</u>	<u>(101.738)</u>	<u>2.420.678</u>	<u>660.607</u>	<u>(36.942)</u>	<u>697.549</u>
Não circulante							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		3.662.594	-	3.662.594	4.273.767	-	4.273.767
Arrendamentos	30.1.4	-	(19.581)	19.581	-	(17.655)	17.655
Provisão para Litígios		47	-	47	-	-	-
Tributos Diferidos	30.1.3	-	(191.212)	191.212	-	(98.884)	98.884
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	63.537	-	63.537
Outros Passivos Não Circulantes		310	-	310	-	-	-
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	-	(721.907)	721.907	-	(786.185)	786.185
		<u>3.662.951</u>	<u>(932.700)</u>	<u>4.595.651</u>	<u>4.337.304</u>	<u>(902.724)</u>	<u>5.240.028</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.981.891</u>	<u>(1.034.438)</u>	<u>7.016.329</u>	<u>4.997.911</u>	<u>(939.666)</u>	<u>5.937.577</u>
Patrimônio líquido							
Capital Social		2.912.000	-	2.912.000	2.912.000	-	2.912.000
Outros Resultados Abrangentes		2.397	-	2.397	(44.689)	-	(44.689)
Reservas de Lucros		575.051	-	575.051	427.551	-	427.551
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	30.1.6	(653.451)	(653.451)	-	(460.183)	(460.183)	-
Total do Patrimônio Líquido		<u>2.835.997</u>	<u>(653.451)</u>	<u>3.489.448</u>	<u>2.834.679</u>	<u>(460.183)</u>	<u>3.294.862</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>8.817.888</u>	<u>(1.687.889)</u>	<u>10.505.777</u>	<u>7.832.590</u>	<u>(1.399.849)</u>	<u>9.232.439</u>



30.1.1 Serviços em curso, Despesas pagas antecipadamente e outros ativos circulantes

No âmbito regulatório, as rubricas de Serviços em curso e Despesas pagas antecipadamente estão sendo apresentadas abertas em seus respectivos grupos, enquanto no âmbito societário o valor é apresentado em conjunto com rubrica de Outros ativos circulantes por ser considerado como outros valores a receber sem materialidade para apresentação em nota explicativa.

30.1.2 Ativo financeiro, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou na bifurcação em Intangível e Ativo financeiro do montante registrado para fins regulatórios como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

- Ativo financeiro indenizável: O valor de R\$5.936.328 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.681.340 em 2019), refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa, conforme previsto em contrato, a título de prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados de forma a refletir a melhor estimativa de recebimentos vinculados a Receita de Bonificação de Outorga – RBO, Receitas com Operação e Manutenção – O&M e CAPEX melhorias e com base em uma metodologia ajustada e atualizada pelo IPCA sobre o valor a receber do Poder Concedente.

No âmbito regulatório:

- Imobilizado: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão são classificados como imobilizado, deduzidos da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear utilizando-se as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

- Intangível: Compreendem o pagamento da Bonificação pela Outorga pela Companhia e os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares, deduzidos da respectiva amortização acumulada, quando aplicável.

	Nota	2020	2019
Ativo financeiro líquido de PIS/COFINS	30.1.2	(5.936.328)	(5.681.340)
Imobilizado	30.1.2	83.377	13.361
Intangível	30.1.2	3.997.549	4.143.746
Direito de uso	30.1.4	(20.767)	(18.772)
Arrendamentos IFRS 16	30.1.4	21.983	19.419
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	821.243	821.363
		<u>(1.032.943)</u>	<u>(702.223)</u>
IR/CS	30.1.3	379.492	242.040
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	30.1.6	653.451	460.183
		<u>1.032.943</u>	<u>702.223</u>



30.1.3 Tributos diferidos

No âmbito regulatório, a rubrica de tributos diferidos contempla apenas valores descritos na nota 19, enquanto no âmbito societário temos os tributos diferidos sobre a atualização das rubricas de Ativo financeiro, Direito de uso e Provisão - Capex melhorias. Esta abertura está apresentada na nota 30.1.5

30.1.4 Direito de uso e Arrendamentos IFRS 16

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do IFRS 16 – Arrendamentos mercantis, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação do IFRS 16 resultou em um reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo tempo de utilização do ativo principal vinculado a este direito e em contrapartida um passivo, trazido a valor presente pela obrigação de desembolso de caixa pela utilização do ativo.

30.1.5 Provisão – Capex melhorias

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, das provisões estimadas pela Companhia para gastos com Capex para melhoria na usina. A aplicação desta provisão resultou em um reconhecimento de um ativo que amortizado pelo prazo da concessão e em contrapartida um passivo, trazido a valor presente, pela obrigação de desembolso de caixa para melhoria deste ativo.

30.1.6 Patrimônio líquido

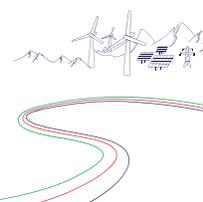
No âmbito regulatório, contempla as adições de amortização do ativo imobilizado e intangível, líquidas de tributos diferidos, enquanto que no âmbito societário são as receitas sobre o ativo financeiro, líquidos de tributos diferidos, despesas com amortização do Direito de uso e Capex Melhoria e despesas financeiras com ajuste a valor presente das obrigações de Arrendamentos e pagamentos da Provisão de Capex melhorias.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido societário	3.489.448	3.294.862
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	3.057.399	1.986.642
Atualização do ativo financeiro	(3.815.248)	(2.463.512)
Diferença na taxas de depreciação e amortização	(463.493)	(288.196)
IFRS 16 - Contratos de locação	1.217	649
Ajuste a valor presente na provisão de CAPEX melhoria	117.083	18.086
Tributos sobre os ajustes	449.591	286.148
Patrimônio líquido regulatório	<u>2.835.997</u>	<u>2.834.679</u>



30.2 Conciliação das demonstrações do resultado regulatório e societário

	Nota	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Suprimento de energia elétrica	30.2.1	1.514.712	1.070.757	443.955	1.487.493	1.007.702	479.791
Energia Elétrica de Curto Prazo		16.769	-	16.769	20.945	-	20.945
Atualização do ativo financeiro	30.2.1	-	(898.041)	898.041	-	(850.753)	850.753
Receita de O&M	30.2.1	-	(453.695)	453.695	-	(364.902)	364.902
PIS	30.2.2	(25.269)	4.636	(29.905)	(24.890)	3.431	(28.321)
Cofins	30.2.2	(116.393)	21.355	(137.748)	(114.641)	15.804	(130.445)
Encargos							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(13.154)	-	(13.154)	(13.025)	-	(13.025)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(57.465)	-	(57.465)	(49.298)	-	(49.298)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(3.811)	-	(3.811)	(3.965)	-	(3.965)
Receita líquida / Ingresso líquido		1.315.389	(254.988)	1.570.377	1.302.619	(188.718)	1.491.337
Custos não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda		(15.447)	-	(15.447)	(27.439)	-	(27.439)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(185.360)	-	(185.360)	(161.881)	-	(161.881)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.114.582	(254.988)	1.369.570	1.113.299	(188.718)	1.302.017
Custos gerenciáveis							
Pessoal e administradores		(57.489)	-	(57.489)	(53.293)	-	(53.293)
Material	30.2.3	(3.237)	-	(3.237)	(2.466)	7.009	(9.475)
Serviços de terceiros	30.2.3	(41.634)	-	(41.634)	(44.568)	2.757	(47.325)
Arrendamento e aluguéis	30.2.4	(4.722)	(2.769)	(1.953)	(3.834)	(2.437)	(1.397)
Seguros		(4.628)	-	(4.628)	(4.749)	-	(4.749)
Doações, contribuições e subvenções		(1.172)	-	(1.172)	-	-	-
Provisões		(30)	-	(30)	-	-	-
(-) Recuperação de despesas		726	-	726	108	-	108
Tributos		(760)	-	(760)	(981)	-	(981)
Depreciação e amortização	30.2.5	(241.282)	(144.917)	(96.365)	(240.551)	(171.229)	(69.322)
Gastos diversos		(5.961)	-	(5.961)	(9.851)	-	(9.851)
Outras Receitas Operacionais		228	-	228	2.771	-	2.771
Resultado da Atividade		754.621	(402.674)	1.157.295	755.885	(352.618)	1.108.503
Resultado Financeiro							
Receitas financeiras	30.2.6	(336.634)	71.954	(408.588)	(374.553)	7.559	(382.112)
Despesas financeiras		2.448.217	2.432.168	16.049	1.479.972	1.460.947	19.025
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		(2.784.851)	(2.360.214)	(424.637)	(1.854.525)	(1.453.388)	(401.137)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro							
Despesa com Impostos sobre o Lucro		417.987	(330.720)	748.707	381.332	(345.059)	726.391
		(116.514)	137.452	(253.966)	(121.970)	120.758	(242.728)
Lucro líquido do exercício		301.473	(193.268)	494.741	259.362	(224.301)	483.663



	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária		494.741	483.663
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória			
Na receita			
Reembolso da outorga	30.2.1	1.070.757	1.007.702
Atualização do ativo financeiro	30.2.1	(1.351.736)	(1.215.655)
		(280.979)	(207.953)
Nos custos gerenciáveis			
Diferenças nas taxas de depreciação e amortização	30.2.2	(144.915)	(171.229)
IFRS 16 - Contratos de locação	30.2.3	(2.769)	(2.437)
Adições CAPEX melhoria	30.2.4	-	9.766
		(147.684)	(163.900)
No resultado financeiro			
Ajuste a valor presente nos contratos de locação	30.2.5	1.702	1.635
Ajuste a valor presente na provisão de CAPEX melhoria	30.2.5	70.250	5.924
		71.952	7.559
Nos tributos diferidos			
PIS e COFINS	30.2.6	25.991	19.235
IR/CS	30.2.6	137.452	120.758
		163.443	139.993
		301.473	259.362

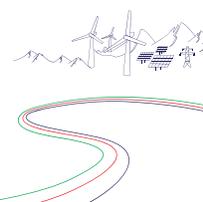
30.2.1 Receitas

No âmbito societário, a receita de atualização do ativo financeiro é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA e são classificadas conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a receitas em decorrência do gasto com a operação e manutenção (O&M) e Capex melhorias garantido pelo recebimento da RAG, e são classificadas conforme a aplicação do CPC 17 Contrato de Construção, substituído a partir de 01 de janeiro de 2018 pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes.

No âmbito regulatório a receita é a contraprestação do fornecimento de energia elétrica vendida no ACR.

30.2.2 Depreciação e amortização

As diferenças na depreciação são oriundas das bases dos bens depreciados, visto que, na contabilidade societária é reconhecida amortização do: (i) ativo intangível da concessão (bifurcado) e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a bonificação pela outorga; (ii) Amortização do direito de uso reconhecido em decorrência do IFRS 16 – Arrendamento mercantil e (iii) Amortização do Capex melhoria reconhecido no intangível que será amortizado pelo prazo da concessão.



30.2.3 Arrendamentos e aluguéis

As diferenças nos arrendamentos e aluguéis são decorrentes da não aplicação do IFRS 16, visto que, na contabilidade regulatória é reconhecida uma despesa com arrendamentos e aluguéis.

30.2.4 Adições CAPEX melhoria

As diferenças nos gastos com materiais e serviços são decorrentes de melhorias nos ativos imobilizados reversíveis a União onde para fins societários foram considerados como despesa enquanto para fins regulatórios estes gastos foram capitalizados.

30.2.5 Resultado financeiro

No âmbito societário são reconhecidas despesas de ajuste a valor presente das obrigações com arrendamentos e aluguéis na aplicação do IFRS 16 e ajuste a valor presente da provisão de Capex melhorias

Também no âmbito societário as despesas de variação cambial e instrumentos financeiros derivativos são apresentados pelo líquido, enquanto no âmbito regulatório os valores são apresentados cada um em sua rubrica de receita e despesa.

30.2.6 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos sobre as práticas na contabilidade societária e regulatória quanto do reconhecimento (i) da atualização do ativo financeiro da concessão (ii) amortizações do ativo imobilizado e Intangível e (iii) amortização e atualização do Capex melhoria conforme nota 30.1.6.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Paulo Dutra
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9

